
Conversa de genro de Lula aparece em inquérito da PF

Conversas telefônicas do genro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marcelo Sato, com o sócio-controlador da Agrenco do Brasil S/A, Francisco Ramos, foram incluídas no inquérito da Operação Influenza, da Polícia Federal. Sato não é investigado, mas teve suas conversas interceptadas quando falava com o alvo da investigação, o empresário Chico Ramos.

Reportagem do jornalista **Fausto Macedo**, do jornal *Estado de S. Paulo*, informa, ainda, que, segundo as investigações, as gravações sugerem seu empenho em atender demandas de interesse do empresário junto a órgãos públicos federais.

Em dezembro, Ramos ligou para Sato e disse que precisava de um favor. O empresário queria um atalho para colocar na pauta da Agência Nacional do Petróleo (ANP) seu projeto para uma fábrica de biodiesel. Ele explica que o processo “está na área jurídica” da agência e pede a Sato que faça um “pedido especial”. “Estou ligando agora”, responde Sato.

Outro que não é investigado, mas teve a conversa interceptada quando falava com o empresário, foi o deputado Décio Lima (PT-SC), ex-superintendente do Porto de Itajaí de janeiro de 2005 a março de 2006. Lima é candidato à prefeitura de Blumenau (SC) onde já ocupou o cargo por duas vezes. O genro do presidente trabalha no gabinete da deputada estadual e mulher de Décio, Ana Paula Lima (PT-SC).

Em abriu, o empresário telefona para Décio Lima e diz que tem um “documento pendente na Receita” que impede de “qualificar e vender biodiesel no leilão”. Décio pede que lhe seja transmitido e-mail “para entender direitinho com quem tem que falar”.

Chico Ramos também teria bancado hospedagem em hotel para Sato e vôos fretados para Décio Lima, além da aquisição de notebooks.

A Operação Influenza, realizada pela PF de Santa Catarina, investiga suposto esquema de fraudes e lavagem de dinheiro no Porto de Itajaí (SC). O objetivo central da investigação é a Agrenco, conglomerado especializado na exportação e comercialização de produtos agroindustriais. Em agosto do ano passado, o juiz estadual Paulo Afonso Sandri autorizou os grampos.

Não há nos autos nada que incrimine Sato e Décio com a trama de operações cambiais ilegais, ocultação de bens, licitações fraudulentas, movimentações financeiras por laranjas e simulação de transações comerciais com emprego de papéis forjados.

Mas a escuta federal mostra que eles fazem parte do círculo de amizades e influências do empresário que teria sido o mentor do esquema.

O advogado Ronei Danielli informou que o deputado Décio Lima e o genro do presidente Lula, Marcelo Sato, não são investigados pela Operação. Ele disse que não há tráfico de influência. “A vida dos dois foi esmiuçada. Nada há contra eles”, afirmou.

Danielli está indignado com os grampos. “Décio Lima é um deputado muito atuante e honesto. Certamente há uma grande relação de empresas idôneas de Blumenau atendidas por ele nas suas mais diversas necessidades, todas elas republicanas”, afirma.

Vazamento

As primeiras reportagens com trechos das escutas foram publicadas pela imprensa local e agitaram a campanha eleitoral à prefeitura de Blumenau. *O Diarinho*, de Itajaí, e o *Jornal de Santa Catarina* transcreveram trechos de relatórios confidenciais da PF que expõem o petista e o genro do presidente Lula.

“Como eu posso saber se as conversas gravadas do Décio e do Sato são realmente nesses termos?”, argumenta o advogado. “São conversas esparsas, pedacinhos de conversa tirados em vários pontos do conjunto. Quem pode garantir que os diálogos têm mesmo esse formato?”, pergunta.

Danielli levou o caso ao Conselho Nacional de Justiça. O motivo seria as autorizações judiciais para interceptação de “mais de 150 pessoas sem a menor justificativa, manifestamente ilegais”. “A Influenza está morta, extinta, a origem dela é a nulidade absoluta”, afirma.

Já advogado de Francisco Ramos, Claudio Gastão Rosa Filho, enviou ofício à PF colocando seu cliente “à disposição para qualquer esclarecimento” e pediu a abertura de inquérito para investigar o vazamento da Operação, que corre sob sigilo de Justiça.

“Não existe acusação formal contra Ramos”, protesta o advogado. “A investigação nunca termina. A defesa tem dificuldades porque ainda está tentando ter acesso aos autos, 9 volumes e 70 apensos”, afirma. Para o advogado, é uma “barbaridade” o que está sendo feito. “Meu cliente nega de forma peremptória qualquer prática ilegal. As sucessivas prorrogações de prazo do inquérito causam prejuízo moral e financeiro para Ramos, que está com os bens indisponíveis”, reclama.

Date Created

20/09/2008